

## O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado

LUÍS EDMUNDO DE SOUZA MORAES\*

Não é incomum, ao lidarmos com o problema da Negação do Holocausto, nos depararmos com um tipo de atitude que eu chamaria inicialmente de ingênua. Ela nos propõe que aquilo que os negacionistas fazem não é distinto daquilo que faz parte, há muito tempo, da prática dos historiadores: os negadores do holocausto ofereceriam versões, interpretações e visões alternativas sobre o passado.

No ano de 2007, por exemplo, uma revista de divulgação de história denominada “Leituras da História” trouxe a seguinte manchete para a matéria de capa: “Holocausto: o outro lado da moeda: corrente revisionista nega que o genocídio tenha existido. O que alegam estes historiadores e qual a validade de seus argumentos?” Ainda, abrindo o artigo: “Teóricos negacionistas propõem uma visão da história às avessas...”<sup>1</sup> “Historiadores”, “revisionista” “outro lado da moeda”, “teóricos”, “história” são descritores que localizam o negacionismo no mesmo terreno em que se encontram historiadores e cientistas sociais em geral.

Na produção erudita sobre a história encontram-se também exemplos deste tipo de tratamento dos negacionistas. Em um breve artigo publicado na revista eletrônica *História e-História*, André Voigt, preocupado em defender as posições denominadas “relativistas” no campo historiográfico contra o “realismo” e as acusações de que o espírito do pós-modernismo teria contribuído para o aparecimento do negacionismo, propõe, conclusivamente, que

“os revisionistas podem *demonstrar*, mediante *argumentos racionalmente ordenados* e a partir dos *mesmos procedimentos de análise dos historiadores não-revisionistas*, que o encadeamento dos fatos *não está provado* e não pode ser completado, ao mesmo tempo em que não admite ser possível um extermínio a partir do pensamento de nosso tempo. Dito de outra maneira, o revisionismo usa *os mesmos argumentos e a mesma*

---

\* Doutor em História pelo *Zentrum für Antisemitismusforschung* (TU Berlin), Professor de História Contemporânea da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Coordenador do Núcleo de Estudos da Política (NUEP-UFRRJ), Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ.

<sup>1</sup> A leitura do artigo, de autoria de Bruno Tripode Bartaquini, demonstra que não se trata de uma matéria que defenda os argumentos dos negacionistas. Cf. “Holocausto na fogueira do esquecimento” *Leituras da História*, ano 1, nº 1, 2007, pgs. 26-35.

*racionalidade dos historiadores acadêmicos* para demonstrar a inexistência do Holocausto. (VOIGT, 2009. ênfases minhas).

Para além do uso de paralelos mais comuns como “historiadores não-revisionistas x [historiadores] revisionistas”, e de excessos vocabulares (o procedimento dos negacionistas seria “demonstrativo”) Voigt surpreende ao sugerir que negacionistas são historiadores de uma outra “escola” exatamente por aquilo que nem os próprios negacionistas, quando confrontados, defendem: que seus métodos de trabalho se sustentam como método historiográfico.<sup>2</sup>

Fora do campo da “história-disciplina”, a idéia de que os negacionistas são historiadores ou que trabalham da forma como os historiadores o fazem é regularmente trazida à tona, sem qualquer ingenuidade, por porta-vozes do negacionismo ou por políticos da extrema direita. Jean-Marie Le Pen, liderança máxima do *Front National* francês, em uma entrevista concedida ao *National Hebdo* em 1986, por exemplo, afirma que

Todas as pessoas razoáveis admitem, eu creio, a morte em massa dos judeus nos campos nazistas. Os **historiadores ditos “revisionistas”** colocam em dúvida o meio do extermínio – as câmaras de gás – e sua extensão – os seis milhões. (...) tudo isto diz respeito à técnica histórica que é própria dos especialistas e, no que diz respeito ao genocídio judeu, não me parece incompreensível que os **historiadores dos dois lados**, com toda boa fé, reservem tempo para estabelecer as suas cifras. (*Apud* IGUNET, 1998:17 – ênfases minhas).

Neste sentido, proponho que tomar as afirmações dos negacionistas como resultado de trabalho historiográfico, como “interpretações” possíveis é, de uma forma indireta, cair em sua própria rede. Na realidade este é um dos dois tipos de “produto” que os textos negacionistas querem “vender”. Por um lado, os negacionistas oferecem ao público receptor um *pseudopassado* ou seja, uma narrativa com afirmações falsas sobre um tempo passado: uma narrativa sobre o período do Terceiro Reich sem o programa de exclusão e extermínio de “indesejáveis”, sem o assassinato industrial perpetrado pelos nazistas e sem campos de extermínio. A isto eles denominam

---

<sup>2</sup> Cf. a este respeito EAGLESTONE (2004). Casos exemplares deste “recoo” dos negacionistas são os chamados “Julgamento de David Irving” (Londres, 2000) e “Julgamento de Robert Faurisson” (Paris, 2007). Os dois casos são ações movidas por negacionistas: o primeiro um processo por difamação aberto por Irving contra a historiadora norte-americana Débora Lipstad por tê-lo classificado como negacionista e, o segundo, uma ação movida por Faurisson contra Robert Badinter e a rede de televisão *Arte* por ter sido denominado “Falsário da História”. Cf. o dossier do sobre o processo de Faurisson composto por JOUANNEAU (2008) e os materiais sobre a ação movida por Irving em <http://www.hdot.org/en/trial> . Sobre o “Julgamento de David Irving”, cf. tb. EVANS (2001).

“interpretação”, feita, afirmam, a partir dos mesmos procedimentos reconhecidos como válidos no âmbito da disciplina “História”. Além deste, os intelectuais negacionistas nos oferecem um outro produto: uma imagem de si próprios como legítimos interlocutores no campo de investigações das ciências sociais que toma por objeto o nacional socialismo, o Terceiro Reich e suas práticas.

Este artigo tem o propósito de propor, contrariando estas leituras e sua atitude receptiva em relação a um destes "produtos" ofertados pelo negacionismo, que o negacionismo é um fenômeno político-intelectual de tipo particular e que o que caracteriza a prática e os textos dos negacionistas não são os resultados de seus trabalhos – as suas supostas "interpretações" sobre um *tempo passado* (o período de 1933 a 1945) - mas sim os fundamentos e os propósitos mesmos de seus trabalhos, que determinam os procedimentos daí decorrentes e que não permitiriam que seus resultados fossem diferentes do que são (por exemplo: a afirmação de que em Auschwitz não existiam Câmaras de Gás).

### **Do Negacionismo e seu estudo**

O termo “negacionismo” define ao mesmo tempo um campo político-intelectual internacionalmente articulado e uma prática. Por um lado descreve uma variante propriamente “Intelectual” de movimentos de extrema-direita do pós-Segunda Guerra Mundial, que busca por meio de textos produzidos na maior parte dos casos com aparência de historiografia, negar que o extermínio planejado e executado durante o Terceiro Reich tenha existido. Por outro lado, o termo diz respeito à própria prática de negação deste extermínio, desde aquela ligada a ação política própria destes movimentos ou aquela dela derivada. O fenômeno do negacionismo tem seus primeiros porta-vozes nos EUA e na França ainda da década de 40, encontrando progressivamente adeptos em vários países da Europa, América Latina e Austrália. (Cf. Lipstadt, 1994; Atkins, 2009.)

A denominação deste fenômeno como negacionismo sugere que aqui nos distanciamos de forma consciente da **auto**qualificação deste grupo de intelectuais como “revisionistas” e da consideração de sua atitude “revisionismo histórico”, denominação que descreve muito menos sua prática ou sua atitude intelectual do que seu esforço por legitimação e reconhecimento público.

Contudo uma dificuldade associada ao uso do termo deriva do fato de que, em termos práticos, se supõe ser facilmente definível pelo fato de ser facilmente identificável: aquele que nega, ou coloca em dúvida, que o holocausto tenha tido lugar é em geral chamado de “negacionista”<sup>3</sup>.

Isto não resolve o problema por três razões: em primeiro lugar, existem usos diferenciados pelo próprio fato de que a idéia do que se nega quando se “nega o holocausto” não é sempre a mesma.<sup>4</sup> Por outro, em geral, o uso do termo não é sensível a diferenças importantes presentes no campo genericamente chamado “negacionismo”.<sup>5</sup> Por último, existem atitudes de negação do holocausto que não são classificadas como negacionismo. Isto tudo implica, em termos analíticos, que um mesmo conceito é aplicado simultaneamente a coisas distintas (e, em alguns casos, muito diferentes entre si) e que coisas iguais não são sempre ou necessariamente abarcadas pelo conceito.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> Os termos “negacionismo/negacionista” tem ampla aplicação em língua portuguesa, em Francês e, em menor grau, em Espanhol. Em inglês e alemão o termo “negacionismo” é não mais do que marginal: Lá usa-se o descritor mais específico “negação (ou negador) do holocausto”: *Holocaust Denial (Denier)*, *Holocaust Lugnung (Leugner)*. Em todos os casos, estes termos tem substituído, com maior ou menor sucesso, o termo “revisonismo”, embora seu uso ainda se faça notar com freqüência.

<sup>4</sup> Há aqui algo como um *continuum* com posições múltiplas. Em um dos extremos há um sentido hiper-amplio no qual são considerados negacionistas, além dos próprios negadores do extermínio, os que não reconhecem a especificidade dos judeus como vítimas ou a singularidade do fenômeno do holocausto (FEINGOLD, 2001). No outro extremo, há um sentido estrito, segundo o qual são tomados como negacionistas os que neguem as dimensões e o caráter planejado e sistemático do extermínio nazista. (EVANS, 2001: 110 )

<sup>5</sup> Proponho que o negacionismo é um fenômeno que não constitui um movimento político homogêneo, e que negar o holocausto se trata, acima de tudo, de uma prática meramente instrumental. Os atos de construir argumentos e produzir escritos negacionistas e o ato de fazer uso destes argumentos e escritos podem e devem ser separados analiticamente em função do fato de que, por trás de uma mesma atitude (negar publicamente o holocausto), se encontram motores e objetivos muito distintos para o ato de negação. Diferenças significativas internas ao campo do negacionismo da extrema-direita são em parte apontadas pela tipologia proposta por ATKINS (2009) centrada no eixo produtores-distribuidores-consumidores. Por outro lado, CHARNY (2000) trata da chamada “negação inocente” de genocídios, outro aspecto para o qual o conceito em geral não é sensível. Ao lado e além da extrema-direita, vale ainda mencionar o negacionismo de extrema-esquerda, como os bordiguistas franceses (BIHR, 1997), e o uso do discurso negacionista por parte do anti-sionismo islâmico em sua política de deslegitimação do Estado de Israel. Estes, apesar de se sobrepor em aspectos importantes, são casos que não se confundem e guardam especificidades para os quais o conceito também não é sensível.

<sup>6</sup> Este grau de indefinição e esta multiplicidade de usos tem relação com a própria história do termo, cuja origem mais polêmica do que analítica fez com que poucos tivessem se preocupado, em seus usos sucessivos, em refletir sobre o próprio descritor do que se pretende analisar. Por outro lado, a sua relativa “imaturidade” (o conceito de negacionismo, um neologismo, é relativamente recente) pode também ajudar a entender esta característica do termo. De fato ele pode ser datado com alguma precisão, começando a se estabelecer no mundo francês a partir de 1987 como substituto para “revisonismo”, termo pelo qual os negacionistas se auto-denominam e eram denominados até então. A este respeito, cf. (ROUSSO, 2004: 95).

Talvez o melhor caminho seja começar a refletir sobre o conceito a partir daquilo a que, nos usos que progressivamente foram sendo estabelecidos, o conceito **não** se refere.

1) Por um lado, o termo negacionismo não é em geral usado para falar em termos genéricos da negação de genocídios ou de atrocidades (apesar da existência de exceções pontuais<sup>7</sup>). O fenômeno da negação de genocídios e de atrocidades é relativamente comum no mundo contemporâneo. Destaques, por seus efeitos no cenário político mundial e por seu impacto no espaço público, é a institucionalização pelo Estado turco da negação do Genocídio Armênio em 1915 e a negação das atrocidades perpetradas pelo exército japonês na China entre os anos 30 e 40. Em geral, não se fala disso quando se fala de negacionismo.<sup>8</sup>

2) Negacionismo também não se refere simplesmente à atitude genérica de negar extermínio nazista, atitude que não se limita ao negacionismo. Ela acompanha a própria história do fenômeno do Holocausto, da mesma forma como, em geral, a negação é parte inseparável e integral das práticas genocidas. De fato, a política de encobrimento e negação do genocídio e a consciência de que o segredo era inseparável do processo é um dos aspectos bem conhecidos da política de extermínio nazista.<sup>9</sup> Quando se fala em negacionismo não se fala deste fenômeno.

---

<sup>7</sup> Sobre o uso do termo para a negação stalinista dos crimes cometidos na União Soviética, cf. Peretz, Pauline “La Grande Famine ukrainienne de 1932-1933: essai d'interprétation”. *Révue d'études comparatives Est-Ouest*. Ano 1999, Vol. 30, n° 1, pp 31-52. No mesmo sentido, Rupen Boyadjian emprega o termo para a negação do genocídio armênio em *Zum Rechtsfall wegen Leugnung des Völkermords an den Armeniern*, (2002). Disponível em [http://www.armenian.ch/fileadmin/user\\_upload/saa/Docs/Rechtsfall-20021118.pdf](http://www.armenian.ch/fileadmin/user_upload/saa/Docs/Rechtsfall-20021118.pdf) (consulta 23.01.2011).

<sup>8</sup> A Turquia tomou a negação do genocídio armênio como política de estado e, em não poucas situações, se utiliza dela como moeda de troca em negociações no cenário internacional, conseguindo fazer valer suas posições perante alguns Estados, com destaque para Israel e Estados Unidos. Cf. a este respeito Auran, Yair. *The banality of denial: Israel and the Armenian genocide*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2003. pg.47ss. Uma boa apresentação do genocídio e do seu impacto nos estados unidos é feita por Peter Balakian. *Burning Tigris: The Armenian Genocide and America's Response* Harper Collins e-books, 2003. Em menor grau, o governo militar (de ocupação) norte-americano e sucessivos governos do Japão do pós guerra também deram sanção oficial à negação ou ao “abrandamento” das atrocidades cometidas na China e na Coréia. A este respeito cf. Buruma, Ian “Entre honte et culpabilité. Le souvenir de la guerre chez les Allemands et les Japonais”. In: *Vingtème Siècle. Revue d'histoire*. N°39, 1993. esp. Pg 75ss; Sabouret, Christophe. “Le négationnisme japonais s’affiche dans les publications populaires”, *Le Monde*, 31 janeiro de 1998, p. 26. e LANG (2010: 161-162). Sobre o problema genérico da negação de genocídios, cf. CHARNY (2001)

<sup>9</sup> Há um caso, neste sentido, exemplar: Heinrich Himmler, em um discurso já famoso feito em Poznan (Polônia ocupada) para oficiais superiores da SS (4/10/1943) tratou do tema (transcrevo textualmente) da “evacuação dos judeus, do extermínio do povo judaico”. Neste momento ele previne os presentes

3) Por fim, uma última definição negativa do negacionismo, diz respeito ao fato de ele se auto-proclamar uma *escola historiográfica*, a dita *Escola Histórica Revisionista*. E aí vai uma dupla negativa: os negacionistas não são *historiadores* e nem *revisionistas*.

Esta auto-proclamação é ela própria digna de atenção visto que se trata de um caso exemplar de “contaminação” ou de “transferência” de um termo político (*revisionismo do holocausto*) para um uso popular e, em menor grau, também erudito, o que indica o seu relativo sucesso ao se afirmar publicamente.

Por um lado, proclamar-se como uma *Escola Revisionista* representa a busca por um mecanismo legitimador, pelo fato de que a idéia de revisão é inseparável do processo de construção de conhecimento científico. Fenômenos e processos descritos, teorias e interpretações que não estão sujeitos à revisão não fazem parte do universo das ciências humanas, mas sim do universo das ortodoxias políticas, do pensamento mágico ou do pensamento teológico.<sup>10</sup>

Por outro lado, ao se afirmarem “historiadores” os negacionistas buscam incorporar dois tipos particulares de legitimidade: a legitimidade profissional associada à formação do historiador<sup>11</sup> e a legitimidade de que goza a historiografia na construção

---

de que “devemos falar sobre isto entre nós com toda a abertura, mas nunca devemos falar disto em público. (...) Esta é uma página gloriosa que nunca foi e nunca será escrita (...)”. Discurso disponível em <http://www.nationalsozialismus.de/dokumente/texte/heinrich-himmler-posener-rede-vom-04-10-1943-volltext.html>.

<sup>10</sup> Sobre os sentidos do termo revisionismo e sobre considerações diversas da prática da revisão historiográfica, cf. Gorman, Jonathan. The commonplaces of “revision” and their implications for historiographical understanding. *History and Theory*, nº 46 (2007), 20-44; Antoniou, Giorgos. “The Lost Atlantis of Objectivity: the Revisionist Struggles Between the Academic and Public Spheres. *History and Theory*, nº 46 (2007), 92-112. Bemis, Samuel Flagg. “First Gun of a Revisionist Historiography for the Second World War”, *The Journal of Modern History*, Vol. 19, No. 1 (1947), pp. 55-59.

<sup>11</sup> Como ilustração, tomando livremente alguns dos negacionistas proeminentes de diversos países é possível chegar ao quadro com as seguintes variáveis: Nome (País de atuação, Profissão/formação universitária): Arthur BUTZ (EUA - Prof. Associado de Engenharia Elétrica/engenharia); Siegfried Ellwanger CASTAN (Brasil, Empresário do ramo da metalurgia e editor); Robert FAURISSON (França - Prof. de Literatura/Letras); Jürgen GRAF (Suíça, Professor Secundário e de Alemão como língua estrangeira/letras); David IRVING (Inglaterra, escritor/física e economia política –ambos os cursos inconclusos), Richard HARWOOD (VERALL) – (Inglaterra, editor/História); Carlo MATTOGNO (Itália; oficial reformado do exército); Manfred ROEDER (Alemanha; Advogado/Direito); Henri ROQUES (França, Engenheiro Agrônomo aposentado/agronomia); Germar RUDOLF (Alemanha; Editor/Química); Gerald F. TÖBEN (Austrália, Professor secundário, Filosofia, e Diretor do *Adelaide Institute*, instituição negacionista); Udo WALENDY (Alemanha, Editor/jornalismo e ciência política), Mark WEBER (EUA Diretor do Instituto de Revisão Histórica, instituição negacionista/Graduado e mestre em História); Ernst ZÜNDEL (Canadá, Editor).

social de imagens sobre o passado frente a outras *escritas sobre o passado* e frente às *escritas sobre um tempo passado*.<sup>12</sup>

### **Escritas sobre o Passado e Escritas sobre um tempo passado**

De uma forma geral, o que diferencia as *escritas sobre o passado* (a crônica, a escrita epistolar, a escrita jornalística, memorialística, a história escolar, a historiografia) das *escritas sobre um tempo passado* (a literatura em geral e o romance histórico em particular, o mito e a lenda) é a crença estabelecida entre aquele que os produzem e os que os consomem de que, no primeiro caso, os fenômenos apresentados, descritos e narrados aconteceram em um tempo passado, o que não se dá necessariamente em no segundo dos casos. (Cf. RICOEUR : 2000 :339ss., CHARTIER 1998: 29-30).

Oriundo do processo de institucionalização da disciplina, este estatuto atribuído à historiografia é inseparável do lugar social ocupado pelo historiador e também dos procedimentos próprios de seu ofício.

As formas e padrões específicos do texto historiográfico são socialmente estabelecidos em uma comunidade de tipo específico (a comunidade das ciências sociais), a partir de relações de poder próprias a esta comunidade e que se reproduzem pela prática e pela justificação da prática. Há aqui um nível de elaboração abstrata que oferece fundamentos teóricos e metodológicos a procedimentos de escrita e de apresentação de resultados, a meios de obtenção de evidências, a formas de estabelecimento de relações causais entre proposições, a formas de condução de controvérsias, etc...

Os critérios de validade do escrito historiográfico estabelecem uma normatização para a escrita que, mesmo não escritos, compõe parte decisiva do *habitus profissional dos historiadores*. Mesmo que a disciplina não tenha tradição específica na formalização de normas e padrões de escrita, as normas existem e se tornam visíveis menos por meio da apreensão de protocolos abstratos e gerais codificados em manuais

---

<sup>12</sup> Aqui há que se ter em mente que os *modos de produção* e, particularmente, os *meios de produção* de uma imagem social sobre o passado, dos textuais aos iconográficos, são eficazes na medida em que são socialmente reconhecidos como passado, ou seja, como narrativas verdadeiras sobre um tempo passado, e são apropriados socialmente. Sendo assim, imagens sobre o passado partilhadas socialmente não podem em momento nenhum ser divorciadas de seus processos de construção sociais e culturais e das condições simbólicas que permitem que uma narrativa sobre o passado seja reconhecida como verdadeira e outra não.

e tratados do que concretamente em momentos de aprendizado e de prática de escrita e de avaliação dos resultados da pesquisa histórica.<sup>13</sup>

O traço mais geral do tipo de escrita sobre o passado que é o escrito historiográfico, é a idéia de que as proposições nele contidas sejam *verificáveis*. Isto o faz pertencer a uma família específica de escritos, que abarca escritos das disciplinas científicas aplicadas e históricas, incluindo aí a própria a história da filosofia.

Mesmo variando os modos de inteligibilidade do que passou (um evento, um texto, uma pessoa, a memória, a palavra), a verificabilidade se mantém como critério de validade para as proposições apresentadas no interior da disciplina. Da mesma forma, mesmo que existam idéias distintas sobre como realizar o processo de demonstração de proposições, a idéia de que as proposições precisam ser demonstradas, é uma idéia naturalizada no campo.<sup>14</sup>

Neste sentido, aquilo que se chama de contra-factualismo ou de “história contra-factual”, não se inscreve no campo como escrita historiográfica, mas como procedimento lógico para construção de proposições demonstráveis ou para explorar potencialidades presentes no passado.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Estes critérios tornam-se explícitos por meio de práticas de regulação que vem a tona em momentos específicos e em alguma medida institucionalizados pelo campo disciplinar. Refiro-me aqui à situações de avaliação e verificação, de tipos muito variados e dependentes de tradições institucionais como, por exemplo, momentos de verificação de resultados apresentados para a aquisição de títulos profissionais do campo disciplinar (relação entre um autor e uma banca de avaliação e validação do trabalho) e momentos de verificação de adequação institucional dos textos de apresentação de resultados (avaliação da adequação do texto por uma instituição de divulgação científica – revista, boletim etc.). Além deles, menos institucionalizado que os anteriores, o ensino da prática de pesquisa e de redação dos resultados da investigação (relação entre orientador e orientando) é um destes momentos em que os critérios de validade do campo se tornam visíveis. O ensino da atividade de pesquisa é também o momento no qual o processo de enquadramento em um tipo específico de atitude intelectual, que envolve procedimentos de leitura e procedimentos de escrita que devem ser incorporadas pelo profissional em formação no campo das ciências sociais. A educação para a pesquisa raramente se faz antes do próprio processo de pesquisa, no qual a aquisição das competências próprias da atividade se dão paralelamente ao exercício destas competências, o que, em geral, implica na incorporação de normas da escrita por meio da prática da escrita e das correções feitas à escrita exercitada.

<sup>14</sup> A escrita historiográfica é uma escrita direcionada para um conjunto específico e abstrato de leitores, que compõem o que pode ser chamado de “campo historiográfico”. Em função desta abstração (“o campo historiográfico”) e das naturalizações produzidas no campo é que o escritor de um escrito historiográfico opta por apresentar demonstrações para determinadas proposições ou conjuntos de proposições e não para outras. A demanda por demonstração vem da necessidade suposta no ato da escrita de que uma proposição não é naturalizada no campo e da exigência de que as proposições não naturalizadas ou que contradigam as proposições naturalizadas sejam não somente formuladas, mas também demonstradas.

<sup>15</sup> Por mais que hipóteses contra-factuais possam (e sejam) utilizadas como recurso intelectual para abrir espaço para a compreensão ou explicação de um fenômeno qualquer (político, econômico, artístico,

Apesar de todos os debates envolvendo o grau de liberdade de escolha de elementos de construção textual do texto historiográfico pela crítica ao chamado “realismo” com entrada em cena da análise tropológica proposta por Hayden White, parece existir inclusive ali o reconhecimento de que o texto historiográfico está submetido a limites dados pela relação entre ‘fatos’ e ‘eventos’. White:

Fui criticado por minha concordância com a afirmação de Barthes: 'Le fait n'a jamais qu'une existence linguistique' (o fato não tem nada além de uma existência lingüística). Isto foi tomado para sugerir que os *eventos* são somente fenômenos lingüísticos, que os eventos não possuem realidade e que, portanto, não existem em nunca existiram algo como “eventos históricos”. Um tal ponto de vista, se alguém já o teve, é manifestadamente absurdo. Por “história” (considerada como o objeto da pesquisa histórica), nós podemos somente entender a soma total de todos os eventos (incluindo a interconexão entre eles) que aconteceram no “passado”. Os eventos devem ser tomados como dados e, certamente, não são construídos pelo historiador. Diferente do que acontece com os “fatos”. Eles são construídos: nos documentos que atestam a ocorrência de eventos, por partes interessadas que fazem comentários sobre os eventos ou os documentos e por historiadores interessados em dar um relato *verdadeiro* do que realmente aconteceu no passado e distinguindo isto daquilo que somente *parece* ter acontecido. São os fatos que são instáveis, sujeito a revisão e a interpretação e até mesmo, com bons fundamentos, descartados como ilusões. (...) Assim (...) “fatos” – diferente de eventos – são entidades lingüísticas e por isto eu digo que, como formula o filósofo Arthur Danto, “‘fatos’ são ‘eventos sob uma descrição. (...) A relação entre fatos e eventos está sempre aberta a negociação e a reconceitualização não porque os eventos mudam com o tempo, mas porque nós mudamos nossa forma de conceitualizá-los.” (WHITE, 1995 238-240)<sup>16</sup>

Em função disso, White pode formular que, mesmo não existindo “limites inerentes ao registro histórico que reduza as escolhas interpretativas dos eventos passados” (KANSTEINER, 1993: 278), em maior ou menor grau, a liberdade de

---

teórico, historiográfico etc), o texto historiográfico jamais se sustenta por meio da perseguição exclusiva do contra-factual, que nunca deixa de ser ali um “raciocínio contra-factual” sempre circunstancial e em alguns casos não mais que marginal. Bunzl, Martin. “Counterfactual History: A User's Guide”. *The American Historical Review*, Vol. 109, No. 3, 2004, pag. 845-858. Até mesmo a diferenciação entre contra-factuais plausíveis e contra-factuais implausíveis repousa no elenco de evidências existentes. John Keegan, "How Hitler Could Have Won the War: The Drive for the Middle East, 1941," in Robert Cowley, ed., *What If? The World's Foremost Military Historians Imagine What Might Have Been; Essays* (New York, 1999), 297. Até mesmo entre os defensores de uma história contra-factual ou virtual há a percepção de que *evidências* são o que permite diferenciar entre contra-factuais plausíveis e implausíveis. A este respeito cf. Ferguson, Niall. “Introduction” em \_\_\_\_\_. *Virtual History: Alternatives and Conterfactuals*. New York, Basic Books, 1997: 85-87.

<sup>16</sup> É neste sentido que White propõe existir uma distância entre a atividade de pesquisa e a escrita. “Na fase da pesquisa o historiador busca descobrir a verdade sobre o passado, trazer à luz acontecimentos esquecidos, reprimidos ou obscurecidos, e tanto quanto possível interpretá-los. Entre esta fase de pesquisa, que quase não pode ser diferenciada daquela do jornalista ou do detetive, e a realização de uma história escrita existe, entretanto, um conjunto de importantes transformações, nas quais o aspecto figurativo no pensamento do historiador tende a ser mais forte que fraco”. WHITE, 1996: 75-76)

escolha do historiador ao construir seu texto é limitada: a escrita da história é “em grande medida uma ligação entre procedimentos discursivos regrados (*regelgeleitet*) e livres” (WHITE, 1996: 89).<sup>17</sup>

Em função destes limites é que o campo disciplinar descarta aquilo que podemos por falta de termo melhor chamar de “fraude processual”. A apresentação fraudulenta de resultados diz respeito não a casos de inépcia ou de incompetência, mas de má-fé, que se verifica por meios muito diversos, entre os quais os processos de demonstração por meio de fontes inexistentes, afirmações que não estejam no (ou que contradigam o) material indicado como fonte, a manipulação do material primário para alterar-lhe o sentido, simples desconsideração de fragmentos ou da totalidade de material *disponível e coligido*, mas contraditório com as proposições apresentadas etc.<sup>18</sup>

A partir destes e de outros elementos que compõe o que poderia chamar de senso *comum* da disciplina é que proponho pensar o texto negacionista. Do ponto de vista de seu procedimento, considero que o negacionismo não se pauta pela apresentação de teses, mas pelo estabelecimento de uma proclamação (o assassinato sistemático e planejado de milhões de judeus no Terceiro Reich não existiu) e pela busca dos meios para dar plausibilidade a esta proclamação a um público leitor que não tem a sua disposição instrumentos de avaliação de suas proposições. E os meios utilizados pelos negacionistas para gerar a crença em suas proclamações não são comuns àqueles utilizados pela historiografia.

Gostaria de apresentar dois casos a partir dos quais creio ser possível fundamentar a idéia de que falar dos escritos negacionistas é falar de algo que, mesmo se apresentando como historiografia e mesmo apresentando formas de construção textual assemelhadas aos escritos historiográficos, não pode ser considerado como estando incluído no campo disciplinar da História.

Isto porque, no escrito negacionista a forma de um texto do campo das ciências humanas (incluindo aí o texto historiográfico) é separada dos procedimentos que o limitam e dão a ele razão de ser.

---

<sup>17</sup> Também Paul Ricoeur trabalha com este tipo de distinção entre “fait” e “évènement”, este último pensado como o referente último que figura no discurso histórico”. (RICOEUR, 2000: 227-228)

<sup>18</sup> O plágio, uma das freqüentes manifestações de má-fé na apresentação de resultados está, em relação à questão da fraude, em um lugar distinto do ponto de vista lógico, visto que esta a fraude não invalida necessariamente as proposições formuladas, mas sim a alegação de autoria das proposições apresentadas.

## A Fraude Dupla da Escrita Negacionista

O primeiro é um caso que me parece exemplar de uso de uma forma de escrita que dá ao observador uma *ilusão de historiografia*. Trata-se do escrito de Germar Rudolf intitulado “A controvérsia sobre o extermínio de judeus: uma introdução”, título cuja forma não é estranha ao campo das ciências sociais, e foi publicado em uma coletânea de artigos negacionistas que leva, sem dificuldades, um observador desavisado a encará-lo como um livro de historiografia do holocausto.

O texto, originalmente escrito em alemão, veio a público inicialmente em 1994 na coletânea organizada pelo próprio Rudolf (sob pseudônimo de Ernst Gauss) que se intitula *Fundamentos da História Contemporânea: um manual sobre questões controversas do século XX*. (Grundlagen zur Zeitgeschichte. Ein Handbuch über strittige Fragen des 20. Jahrhunderts). O livro, publicado pela editora Grabert de Tübingen, é o volume 22 das publicações do Instituto para a História Alemã do Pós-Guerra (*Institut für deutsche Nachkriegsgeschichte*); que não é um instituto de pesquisas ou de investigação histórica, mas uma instituição que publica exclusivamente materiais da extrema-direita. Em inglês, o material foi traduzido e lançado por uma editora de Chicago que publica exclusivamente escritos negacionistas, chamada “Theses and Dissertations Press”. Sugerindo ser uma editora especializada na publicação de trabalhos produzidos em programas de pós-graduação, como as existentes em muitos países, o nome da editora propõe ao leitor aquilo que os textos negacionistas não são: nenhum deles é uma tese ou uma dissertação apresentada ou mesmo aprovada em qualquer instituição de pesquisa de qualquer país.<sup>19</sup>

Do texto de Rudolf selecionei um caso que me parece paradigmático do tipo de procedimento mais genérico dos negacionistas no tratamento com as fontes. Em um determinado momento, para afirmar o valor do trabalho dos negacionistas (por ele sempre chamados de “revisionistas”), Rudolf nos indica que a historiografia sobre o holocausto já tinha se dado conta de que o extermínio não teve lugar e que as

---

<sup>19</sup> RUDOLF, Germar. “The Controversy about the Extermination of the Jews: An Introduction”. In Germar Rudolf (ed.) *Dissecting the Holocaust. The Growing Critique of ‘Truth’ and ‘Memory’*. Chicago: Theses & Dissertations Press, August 2003.

proposições dos negacionistas se sustentariam. Para demonstrá-lo, Rudolf cita os historiadores Arno Mayer e Jacques Baynac:

A tendência na historiografia recente parece ser cada vez mais a de abandonar as câmaras de gás, para as quais as fontes são “*ao mesmo tempo raras e não confiáveis*”, como disse o Prof. Arno Mayer, e para as quais não existem, em absoluto, “*documentos, traços ou evidência material*” como disse recentemente Jacques Baynac. Isto é sem dúvida o resultado da pesquisa revisionista passada, que impeliu os historiadores do Establishment a reconhecer que sua antiga estória estava errada (Rudolf, pg. 44. itálico no original)

O que Rudolf faz é algo relativamente simples. Toma uma proposição verdadeiramente extraída de um estudo de Arno Mayer sobre o holocausto, e de um artigo de do historiador e romancista Jacques Baynac, publicado em um jornal diário de Lousanne (Suíça), e a insere em uma cadeia de sentidos distinta daquela de Mayer e de Baynac. Com isto o que Rudolf sugere é que Mayer e Baynac partilham da concepção de que as câmaras de gás devem ser abandonadas pelo fato de não se ter como provar de forma efetiva que elas existiram e que isto seria um dos efeitos das supostas investigações levadas a cabo pelos negacionistas sobre o trabalho dos “*Establishment Historians*”.

Mayer de fato afirma (ao lado de muitos outros historiadores do holocausto) que as fontes sobre o assassinato sistemático e planejado de judeus, além de serem raras e pouco seguras, como indica Rudolf, “comportam incontestavelmente um grande número de contradições, de obscuridades e de erros”. Para Mayer,

“há que ter em conta estas lacunas, mas é necessário também sublinhar de forma enfática que elas não constituem de forma nenhuma um argumento suficiente para colocar em dúvida o fato mesmo de que as câmaras de gás foram utilizadas em Auschwitz para exterminar massivamente os judeus.”(Mayer: 1990: 407)

O mesmo acontece em relação a Jacques Baynac que, mesmo não sendo um historiador do holocausto, escreve dois artigos em série no *Le Nouvel Quotidien*, que pode ser lido como um chamamento aos historiadores do holocausto para enfrentar publicamente os negacionistas. Baynac afirma que apesar do caráter fragmentário das fontes sobre o holocausto, que deixa muitas perguntas sem resposta, é possível dizer que “as câmaras de gás existiram e elas mataram uma enormidade de pessoas: homossexuais, judeus, doentes mentais, ciganos, eslavos.” E ele conclui o artigo

indicando de maneira enfática que há material disponível para estabelecer que “a inexistência das câmaras de gás é impossível”<sup>20</sup>.

O trecho citado por Rudolf como demonstração de que Baynac reconheceria não haver como provar a existência das câmaras de gás é um a que ele, na realidade, se refere à centralidade dos documentos para a escrita da história:

O lado mau da história científica é que, na *ausência de documentos, de traços, ou de outras provas materiais*, é difícil, se não impossível, estabelecer a realidade de um fato, mesmo se não se tem nenhuma dúvida de que ele existiu, mesmo que isto seja evidente. (Idem. Ênfases minhas.)

Em ambos os casos, como se trata da seleção de trechos de um parágrafo, cai no vazio a possibilidade de se tratar de um erro inocente: a alteração intencional de sentido por meio da subtração de trechos do documento original é aqui estratégia consciente de, por meio de uma forma reconhecida como própria de escritos historiográficos, sugerir ao leitor que foi usado o procedimento legítimo da demonstração por meio da apresentação de resultados de estudo historiográfico anterior.

Este tipo de operação com a historiografia aparece também em escritos e palestras de um dos mais proeminentes escritores negacionistas que se apresenta como historiador David Irving.

No “Julgamento de David Irving”, Richard Evans, Historiador Britânico foi chamado a apresentar um parecer técnico para a defesa sobre uma das acusações feitas por Débora Lipstadt a Irving: a acusação de que manipulara documentos. Dos diversos casos apresentados por Evans que tomaram como base o confronto de livros e declarações públicas de Irving com as fontes por ele arroladas em notas de rodapé ou mencionadas oralmente, um é expressivo do tipo de operação a que me refiro:

Ao buscar ancorar a idéia de que os números de mortos em Auschwitz foram inflacionados por motivações políticas, Irving propõe que o total de mortos em Auschwitz não passaria, “tomando estimativas muito exageradas” de 46.000, dos quais 25.000 judeus mortos por execução e o restante por causas naturais (doenças e fome), provocadas pelos aliados, que, ao bombardearem as vias férreas, impediam a chegada de alimentos e de remédios a Auschwitz. Para fundamentar sua afirmação, Irving cita o historiador britânico Sir Harry Hinsley, autor do que Evans chama de “História Oficial da

---

<sup>20</sup> Le Nouveau Quotidien, 3 de setembro, 1996, p. 14. Disponível em <http://www.letempsarchives.ch/Repository/g>

## Inteligência Britânica” durante a Segunda Guerra Mundial. Irving sustenta que Hinsley

afirma que a partir da análise dos relatórios diários do campo de concentração de Auschwitz, fica claro que quase todas as mortes, (...) foram devido a doenças. As outras foram por execução por enforcamento e por fuzilamento. Não existe qualquer referência, e eu estou citando seu trabalho, não existe qualquer referência a gaseamentos. Então por que esta revelação extraordinária não foi divulgada nas manchetes de jornal mundo afora. Não se trata de um irritante e auto-denominado pseudo-historiador britânico neofascista ou neo-nazista. E vocês jornalistas presentes, podem anotar estas palavras. Não é somente um pseudo-Historiador da Grã-Bretanha dizendo isto. Este é o historiador britânico oficial, professor Hinsley, que tinha acesso ilimitado aos arquivos da SIS, o Serviço Secreto de Inteligência, e aos arquivos da agência de decodificação, que diz que em Auschwitz quase todas as mortes foram o resultado de doenças. Não há qualquer referência a gaseamentos” (Citado de acordo com EVANS, 2001: 116)

Ao conferir a referência de Irving com a passagem de Hinsley, Evans identificou recortes e inferências inapropriadas do texto citado, desconsideração de informações disponíveis associadas àquilo a que o texto original se referia e a atribuição de informações a Hinsley que não constavam em seu texto:

Hinsley não afirmou que quase todas as mortes foram por doença. Tudo o que escreveu foi que a decodificação feita pelos britânicos das mensagens codificadas enviadas de Auschwitz não falavam de gaseamento, o que não é de surpreender em função da política dos nazistas de não mencionar as câmaras de gás em suas comunicações. Além disso, embora Irving afirmara que os relatórios por rádio para a Central de Administração dos Campos em Berlim foram decifrados pela inteligência britânica em Bletchley Park “de 1942 até o final de 1943”, de fato as decodificações foram interrompidas em 1º de setembro de 1942, quando as autoridades pararam de relatar as mortes por rádio, e passaram a informá-las somente por escrito. Os relatórios a que Hinsley se referira cobrem somente o período que vai do início a metade de 1942. Foi somente no período subsequente que o número de mortes aumentou e que os gaseamentos em massa começaram em larga escala com a finalização do Crematório II em Março de 1943<sup>21</sup>. Crucialmente também, as

<sup>21</sup> Há em torno de Auschwitz uma particularidade que é usada regularmente por escritos negacionistas para gerar confusão no leitor menos familiarizado com o tema e feita com o objetivo de afirmar que em Auschwitz não havia execução em massa por meio do gaseamento por que a câmara de gás era muito pequena para poder matar tanta gente. Há aqui um truque engenhoso, mas relativamente simples de ser identificado: Auschwitz é uma denominação usada para um complexo de três campos: Auschwitz I, Auschwitz II (Birkenau) e Auschwitz III (Monowitz). Enquanto o primeiro era um campo de concentração construído a partir de um quartel pré-existente, o segundo era um campo de concentração absolutamente novo e que incluía grandes instalações para extermínio em massa e o terceiro era um campo ligado a um complexo industrial que usava os judeus como força-de-trabalho escrava. Em todos os campos haviam internos, mas em Auschwitz-Birkenau as instalações de extermínio em massa (Krematoriums II, III, IV e V) foram construídas a partir de 1942 e alcançaram pleno funcionamento entre 1943 e 1944. A própria câmara de gás (Krematorium I) existente em Auschwitz I foi o resultado de adaptações progressivas de uma câmara mortuária e era muito menor do que as instalações construídas em Birkenau especificamente para este fim e de fato não apresenta capacidade para as dimensões do extermínio levado a efeito em Birkenau. Uma boa apresentação resumida da história do campo se encontra em no verbete Auschwitz escrito por Raul Hilberg e presente em Laqueur, Walter. *The Holocaust Encyclopedia*. New Haven: Yale University Press, 2001: 32-44. Além dele, cf. Pressac. Jean Claude. *Les Crematoires D'Auschwitz*. Paris: CNRS Éditions, 1993.

decodificações eram relativas a relatórios de rádio e as adições e subtrações eram relativas a população registrada do campo: estes relatórios omitiam todos os judeus (como os ciganos) não registrados, selecionados para o gaseamento após sua chegada.”(EVANS: 2001: 116-117).

Estes e outros artifícios são utilizados em um conjunto de publicações que, desrespeitando todos os critérios de validação de proposições do campo das ciências sociais, nos permite deslocar o texto negacionista do lugar que ele diz ocupar - o lugar de “historiografia” - e colocá-lo em um outro lugar – o de falsificação politicamente motivada.

Em função do que foi visto nestes dois casos, é possível considerar o negacionismo como uma *fraude* em um duplo sentido, materializada por meio do falseamento dos critérios de legitimidade que ele afirma praticar. Por um lado, trata-se de uma *historiografia falsificada*, ou seja, de um texto que falsifica de forma consciente suas referências de legitimidade, reivindicando o caráter de escrito historiográfico sem sê-lo, apresentando formas próprias ao texto historiográfico (linguagem, notas de rodapé, lista bibliográfica, etc), mas ao mesmo tempo em que rompe com seus fundamentos e limites. Por outro, trata-se de um *passado falsificado*, que também de forma consciente é produzido, ancorado na recusa de todos os indícios e evidências que o contradigam, reivindicando o caráter de proposições verificáveis sem sê-lo.

Este é o lugar no qual se encontra o negacionismo, e é exatamente isto que faz com que o fenômeno não tenha paralelo entre as diversas atitudes que propõem as mais diversas e em muitos casos contraditórias interpretações da natureza, do lugar e do significado do crime nazista em nosso mundo.

## **Bibliografia**

Atkins, Stephen E. *Holocaust denial as an international movement*. Westport: Praeger Publishers, 2009.

Bihr, Alain. “Les mésaventures du sectarisme révolutionnaire”. In Bihr, Alain, Caldiron, Guido et. Al. *Negationnistes: les chiffonniers de l’histoire*. Villeurbanne; Paris: Golias; Syllepse, 1997. Pp.99-127.

Charny, Israel W. “Innocent Denials of Known Genocides: A Further Contribution to a Psychology of Denial of Genocide.” *Human Rights Review* vol 1, nº3 (2000), 15-39.

Charny, Israel W. “The Psychological Satisfaction of Denials of the Holocaust or Other Genocides by Non-Extremists or Bigots, and Even by Known Scholars”. *Idea Journal*, vol 6, nº1, (2001) Disponível em <http://www.ideajournal.com/articles.php?id=27>.

Chartier, Roger. “La Verité entre fiction e Histoire”. In Baecque, Antoine de e Delage, Christian. *De l’histoire au Cinema*. Bruxelas: Éditions Complexe, 1998: 29-30).

Eaglestone, Robert. *The Holocaust and the Postmodern* New York: Oxford University Press, 2004.

Evans Richard J. *Lying about Hitler: History, Holocaust and the David Irving Trial*. NewYork,: Basic Books, 2001.

Feingold, Henry L. “The Roots and Meaning of Holocaust Denial”. In *Jewish Frontier*. Vol. LXVIII, nº 4 (2001).

Igunet, Valérie. Les terroirs de l’extreme droite: un négationnisme estrategique. In *Le Monde Diplomatique*. maio de 1998. Disponível em <http://www.monde-diplomatique.fr/1998/05/IGOUNET/10463>.

Jouanneau, Bernard. *La Justice et L’Histoire face au négationnisme: Au Coeur d’un procès*. Paris: Fayard, 2008.

Kansteiner, Wulf. “Hayden White's Critique of the Writing of History”. *History and Theory*, Vol. 32, No. 3. (1993), pp. 273-295.

Lang, Berel. “Six Questions on (or about) Holocaust Denial”, *History and Theory* nº 49 (2010), pp. 157-168.

Lipstadt, Deborah, E. *Betrifft: Leugnen des Holocausts*. Zürich: Rio-Verlag, 1994.

Ricoeur, Paul. *La Mémoire, L’Histoire e l’Oubli*. Paris: Seuil, 2000.

Rousso, Henry. *Le dossier Lyon III: Le rapport sur le racisme et le negacionisme à l’université Jean-Moulin*. Paris: Fayard, 2004.

Span, Gustav „Methoden rechtsextremer Tendenzgeschichtschreibung und Propaganda“. In Bailer-Galanda, B.; Benz, W. e Neugebauer, W. (Org.) – *Wahrheit und Auschwitzlüge: Zur Bekämpfung „revisionistischer“ Propaganda*. Himberg: Wiener Verlag, 1995

Vidal-Naquet, Pierre. *Os Assassinos da Memória*. Campinas: Papirus, 1988.

Voigt, André Fabiano. *O Holocausto, entre o realismo e o relativismo historiográfico: uma introdução ao estudo do Holocausto*. Disponível em <http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=94> (28/07/2009).

White, Hayden. “Response to Arthur Manvick”. *Journal of Contemporary History* ,Vol.30, No.2.,1995, pags. 233-246.

White, Hayden. “Literaturtheorie und Geschichtschreibung”. In: Nagl-Docekal (Org.) *Der Sinn des Historischen: Geschichtsphilosophischen Debatten*. Frankfurt a.M., 1996.